

2. CAPÍTULO I – CONCEITUAÇÃO

Antes de entrar no âmago desta pesquisa, vale registrar, ainda que em breves linhas, o papel dos museus através dos tempos na formação cultural e científica das pessoas. Afinal, ressaltou Nora (1984), “como lugares de memória, a história dos museus ilumina a própria História”. Entenda-se, pois, museu como uma instituição que, seja qual for a especialidade, resume setores da História da Humanidade.

Ressalte-se, neste capítulo, a preponderante função social que os museus adquiriram, especialmente nas últimas décadas, decorrente de total modificação na sua maneira de ser, passando a influir decisivamente no processo educativo, na produção do conhecimento e preservação da memória coletiva e na sustentação de maiores vínculos da vida comunitária.

Trigueiros (1958) salienta que, no longínquo ano de 1952, a Unesco realizou, em Nova Iorque, sua primeira reunião entre educadores e técnicos de museus, sob a denominação de “Seminários sobre o Papel dos Museus na Educação” que incluiu entre suas resoluções os seguintes itens:

Os programas educacionais e de atividades do museu devem preparar-se, em cada país, levando em conta as necessidades do seu material humano. A integração do trabalho educacional dos museus com o programa dos institutos de educação pode dar prestígio, elevar o nível e melhorar os métodos de ensino. Os mestres de todos os graus de ensino devem ter conhecimento adequado dos recursos e utilidade dos museus. Assim, instamos que todos os programas de preparação para o magistério incluam oportunidades de treinamento no uso dos museus e de sua técnica (p. 15 e 16).

Já para Hugues de Varine-Bohan, que durante os anos 70 foi diretor do ICOM (Conselho Internacional de Museus), e nessa condição visitou 75 países para renovar a função social dos museus enquanto instituição, “o museu tanto é um meio como um fim”. E mais: é uma instituição que em certo sentido resume setores da história da Humanidade: a arte, a natureza, a história, o homem, a técnica, a ciência...

Em meu entender o museu atual deve ser considerado como um banco de objetos e documentos a serviço da comunidade. Este banco tem por finalidade acumular certo número de dados sob forma de objetos, documentos de duas ou três dimensões, que se reúnem, classificam, documentam, inventariam, rotulam, conservam, restauram... De tal forma que, a todo o momento, estão disponíveis para qualquer pessoa que tenha necessidade de se servir deles e não simplesmente de vê-los. Em resumo: trata-se do museu como meio, como instrumento.

O museu como finalidade, o museu como objetivo, é a universidade popular, a universidade para o povo através dos objetos. O que numa universidade normal é a linguagem das palavras e, em última instância, a linguagem dos sinais escritos, no caso do museu converte-se em linguagem dos objetos, do concreto (Salvat, 1979, p. 18-19).

No livro *Os Museus no Mundo* (Salvat, 1979), Varine-Bohan cita o brasileiro Paulo Freire como um dos melhores educadores do mundo. Ressalta que foi Freire quem inventou e aplicou no Brasil o conceito de “conscientização” (ou seja, a transformação do homem-objeto da sociedade de consumo, objeto do mundo atual, objeto do mundo técnico em homem-sujeito). A partir dessa teoria da Educação como prática libertária e conscientizadora, o museu assume as funções de uma instituição didática e renovadora. “O museu” – conclui Varine-Bohan – “deve-se abrir a tudo o que contribui para a vida” (p. 17).

A partir deste contexto, Burmester (1997) define História como “um modo privilegiado de acesso à compreensão e explicação social”. Já Le Goff (1990), amplia esse entendimento preconizando “uma história mais sensível às diferenças regionais do que as diferenças sociais” (p.170), o que justifica a inevitabilidade dos processos de reordenação social. Diz mais:

Assiste-se, nos últimos vinte anos, a profunda renovação do domínio científico. Não só a maioria das ciências manifesta aquela aceleração da história, que se tornou comum constatar, como também a divisão do saber evolui rapidamente (...) Essa comoção atinge, em particular, um conjunto de ciências cujo reconhecimento como entidade científica já é uma novidade considerável: as ciências humanas, como se costuma dizer na França, conforme a terminologia universitária consagrada em 1957...(p. 25)

Nesse campo renovado, uma ciência ocupa uma posição original: a História. Há uma História Nova, e um de seus pioneiros, Henri Berr, já empregava o termo em 1930. A história deve esse lugar original a duas características essenciais: sua renovação integral e o arraigamento de sua mutação em tradições antigas e sólidas (p. 26).

Um dos campos do saber desse novo momento da História é a interdisciplinaridade. Le Goff traduz o surgimento das “ciências compostas que unem duas ciências num substantivo e num epíteto: história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica; ou criam neologismos híbridos: psicolinguística, etno-história, etc. Essa interdisciplinaridade chegou a dar nascimento a ciências que transgridem as fronteiras das ciências humanas e ciências da natureza ou biológicas: a matemática social, psicofisiologia, etno-psiquiatria, sociobiologia, etc” (p.26).

O mesmo autor dá ênfase ao museu como lugar onde essa interdisciplinaridade acontece.

O território do historiador – ...de fato desde o fim da década de 1960, esse território estendeu-se a tudo o que é perceptível pelo observador social, sem exceção. Ampliação da história além de suas antigas margens e, ao mesmo tempo, retorno a seu antigo domínio, que se imaginava bem explorado: o historiador relê hoje os documentos utilizados por seus predecessores, mas com novo olhar e outro gabarito. Os temas freqüentados pelos primeiros foram os que eram preparados pela história econômica e demográfica: a vida do trabalho, a família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as

zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura. As publicações sobre esses temas, inimagináveis há mais de 50 anos, constituem hoje um conjunto coerente e uma vasta biblioteca. É o primeiro domínio conquistado pela história das mentalidades (p. 169).

Essa história das mentalidades ganha um profundo defensor com Edgard Morin (1990):

(...) o saber é para ser refletido, meditado, discutido, criticado por espíritos humanos responsáveis e não para ser armazenado em bancos informacionais e computados por instâncias anônimas e superiores aos indivíduos.

Uma teoria não é o conhecimento; permite o conhecimento. Uma teoria não é uma chegada. É a possibilidade de partida. Uma teoria não é uma solução; é a possibilidade de tratar um problema. Por outras palavras, uma teoria só realiza o seu papel cognitivo, só ganha vida com o pleno emprego de actividade mental do sujeito. É esta intervenção do sujeito que dá ao termo método o seu papel indispensável (p. 105 e 257).

Aliás, essa questão é discutida também por Santos (1996) quando trata da ciência moderna e da ciência pós-moderna – ambas com forte sedimentação nas pesquisas e estudos realizados nos museus.

Sabemos hoje que a ciência moderna nos ensina pouco sobre a nossa maneira de estar no mundo e que esse pouco, por mais que se amplie, será exíguo porque a exiguidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui. A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado, faz do cidadão comum um ignorante generalizado. Ao contrário, a ciência pós moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional. Tenta, pois, dialogar com outras formas de conhecimento deixando-se penetrar por elas.

A mais importante de todas é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no quotidiano orientamos as nossas ações e damos sentido à nossa vida (p.55).

A popularização da ciência, através de uma divulgação, é essencial para a formação de uma cultura científica num país como o Brasil, onde o grau de analfabetismo é alto. O analfabetismo científico é uma consequência natural dessa realidade e pode ser minorado com a atuação dos museus, que devem estar a serviço do conhecimento e da melhoria da qualidade de vida.

“Ciência e arte devem estar a serviço do homem”, sustenta John Ziman (1979), que deixa nítido que a pesquisa científica é uma atividade social. E pondera: “Para bem compreendermos a natureza da ciência, precisamos observar a maneira como os cientistas se comportam uns com os outros, como se organizam e como transmitem as observações entre si” (p. 170).

Assim como os museus não servem apenas para armazenamento de objetos e documentos, o objetivo da ciência é a compreensão e não a acumulação de dados. E acrescenta:

Os conceitos têm de ser absorvidos como um todo, de uma só vez, e não aos pedaços. Não se chega a construir um edifício, deixando todos os tijolos amontoados desordenadamente no chão.

Tornou-se lugar comum dizer que a ciência se distanciou demasiadamente do leigo, que ninguém condescende em explicá-la numa linguagem simples, que se trata de um culto esotérico. Não acredito que a necessidade de popularizar a Ciência para o público em geral seja tão grande quanto a de popularizá-la para os próprios cientistas.

2.1 - Museu e comunicação

O papel da comunicação na divulgação da ciência e dos museus é fundamental. Entretanto, a popularização de ambos depende também da conscientização dos cientistas na participação do processo de comunicação pública do conhecimento científico. Somente assim será possível uma compreensão participativa da sociedade na formulação de políticas de Ciência & Tecnologia voltadas para o bem comum.

Neste aspecto concordamos com Lourenço ao dizer: “A produção do conhecimento, sua transmissão e o serviço para a comunidade constituem tarefas fundamentais para todos os que trabalham em museus e universidades, cumprindo-se assim seu papel social. (1999, p. 54)”.

A divulgação científica deve merecer, portanto, lugar de destaque dentro das instituições museológicas. Pois, mais que produzir ciência, é necessário expandir os novos conhecimentos para a sociedade numa obrigatória prestação de contas a quem credita aos cientistas o valor de verdade em suas descobertas.

Contudo, como aponta Maria Margaret Lopes, esta realidade comunicacional nem sempre prevalece:

Os especialistas de áreas de conhecimento científico específico que detêm o poder de desenhar e redesenhar as fronteiras entre o que se investiga e o que se divulga se excluem de qualquer obrigação de um contato mais próximo com educadores ou com o público leigo (In: Anais da II Semana dos Museus da Universidade de São Paulo, 1999, p.75).

Como se vê, o que tem prevalecido é a distância entre a academia e a sociedade impedida de participar do “olimpó” científico. Desta forma, age-se contrariamente aos princípios educativos que devem nortear a vida dos museus, como define Lourenço:

Se forem planejados com sólidos princípios, os museus poderão contribuir para abreviar a danosa distância entre os grandes segmentos populacionais e o saber, como também para incentivar o pensar e o criticar. Museus demandam envolvimento com as diferentes comunidades circundantes e devem eleger o aprimoramento humano como meta maior (1999, p.11).

Quando tal função comunicacional é negligenciada, relega-se para segundo plano toda e qualquer atividade que promova a integração com o público, tais como: a comunicação visual, uma disposição facilitada do acervo, o acesso à biblioteca e a todos os processos de construção do conhecimento que poderiam ser fomentados.

Segundo Lourenço, estes comportamentos “transformam as paredes em pesados livros, para a incômoda tarefa de ser perfilado, com textos que pretendem aplacar a dúvida e reduzir a obra a uma única explicação” (1999, p. 29).

A relação cientista-imprensa também é fundamental para a vida dos museus. É preciso desenvolver e manter uma política “de portas abertas” para receber jornalistas e levar à mídia informações precisas sobre a ciência e todas as atividades institucionais realizadas.

No processo de consolidação de uma instituição museológica ou de qualquer centro de pesquisa, a imprensa é uma força que jamais pode ser dispensada. É através dela que a opinião pública conhecerá a entidade e poderá fazer parte dela. Desta forma, há de se adotar políticas de divulgação de C&T duradouras baseadas em estratégias comunicacionais para a formação de uma cultura científica por meio da qual os museus passem a fazer parte do dia-a-dia da sociedade, em países do Primeiro Mundo, onde as visitas ao museu faz parte do cotidiano da grande maioria de cidadãos comuns, mesmo daqueles para os quais a “ciência é atividade apenas para cientista”.

Portanto, um planejamento de comunicação integrada que envolva todos os setores populacionais ligados à vida do museu - cientistas, funcionários, comunidade, imprensa -, é vital para estas instituições, tanto quanto para outras que se pretendam modernas na sua gestão e cumpridoras do seu papel social - seja ele educativo, científico ou comunitário.

2.2 - Museu e ciência

Na sua missão educativa o museu tem o dever de sistematizar idéias, torná-las públicas sob forma de documentos buscando fomentar a formação do pensamento crítico e a integração da sociedade. O museu deve ser, pois, difusor do conhecimento desenvolvido e estimulador de novas descobertas científicas

... concebido como instituição preservadora e conservadora do patrimônio material e cultural da humanidade, é um campo aberto, um espaço onde o estudo, a pesquisa, a publicação, especialmente na sua dimensão cultural, ajudam, através, de instrumentos e instruções, o homem-sujeito a conquistar a liberdade, a criatividade, a descoberta, a invenção, a inovação, a força da cidadania. (Cruz, 1993, p.96).

Daí torna-se imprescindível, a junção entre Comunicação e Ciência na promoção da difusão científica. Inexoravelmente, quando juntas, gravitam na órbita rigorosamente solar do Poder estabelecido em suas instâncias ora política, ora econômica, mas sempre e sempre social. O livro “Ciência e Poder” (1998) é um referencial importante para aliviar a estranheza e entender a Ciência como um barco num mar de palavras e, acrescentaria, louváveis objetivos.

Com maior ou menor veemência, os sete articulistas mais os responsáveis pela apresentação, prefácio e introdução defendem o engajamento da Ciência às questões sociais – e, para tanto, não economizam argumentos. Não se esquecem, porém, de apontar o conturbado relacionamento entre os cientistas e aqueles que os governam (ou empresariam) como o causador de intempéries suficientemente fortes para provocar o naufrágio de um Titanic de boas intenções.

Ademais, nenhum dos renomados escribas é capaz de negar ao cientista a condição de ser absolutamente independente em seus experimentos. Só assim saberá trabalhar a ainda insondável plenitude de uma nova realidade. Aliás, como os poetas que se propõem a mudar o mundo, mesmo quando fazem apenas um singelo verso para a mulher amada...

As últimas linhas nos remetem a quem o livro se destina - “aos que se preocupam com a

Ciência e a sociedade” - e aí relacionam friamente “os cientistas, dirigentes (entenda-se aqui, creio eu, governantes e empresários que bancam as pesquisas) e cidadãos que se interessem pelo futuro do mundo em que vivem”.

É quase sempre essa onipotência que assusta quando se discute a questão Ciência, Comunicação e Poder, mesmo sendo uma plêiade de ensaístas como os que subscrevem a coletânea. Ainda na mesma contracapa, outra citação aparece com ares ameaçadores: “A Ciência é a mais poderosa ferramenta do século XX”.

Nem mais. Nem menos. A afirmação completa-se em si mesma. Porém induz na linha seguinte a uma indagação que a faz implodir: “Mas, sua força vem sendo bem empregada?”

Não e não. A Ciência não é a mais poderosa ferramenta do século XX (vale a repetição para que não sobre dúvidas) e sua força obviamente vem sendo relegada a um plano inferior numa sociedade que prioriza a competição e o lucro – e aqui a regra ‘pega’ tanto para a padaria da esquina quanto para os FMIs da vida que impõem a miserabilização de milhões em troca de uns bons trocados.

Fosse diferente e não viveríamos uma situação de horror no mundo atual. Uma situação de desigualdades, segregação, abandono, violência e exclusão. Como descreve Federico Mayor, “o que a Ciência nos diz pode ser verdadeiro, mas não é a única verdade que é exposta” (p. 119).

Ainda neste contexto, a situação que hoje enfrentamos é claramente resumida pela frase do prêmio Nobel, Dennis Gabor, lembrada na introdução por Augusto Forti: “Nossa civilização atual baseia-se materialmente numa tecnologia extraordinariamente bem-sucedida e, espiritualmente, em praticamente nada” (p. 18).

Se entendermos esse ‘espiritualmente’ como vontade política ou cidadania, veremos que há ainda um longo caminho a ser percorrido. Um sinuoso trajeto até o almejado campo de estrelas. E como todo e qualquer peregrino, todo e qualquer aprendiz de poeta ou mesmo ao cientista. Ou melhor, o cientista precisa se valer de inspiração e firmeza de propósitos para pôr seus experimentos em prol de uma nova sociedade, socialmente mais justa e equilibrada. Claro que sem abrir mão da liberdade que é intrínseca e necessária ao aprendiz, ao poeta e a qualquer ser humano consciente de seu papel na sociedade.

A idéia de transformação social apoiou-se sempre na História e na sustentação dos fatos que a compõem. Os museus, como depositários de parte dessa História, podem contribuir decisivamente para criar uma cidadania mais adequada e, como enfatizou Henrique Lins de Barros (1998)¹, “permitir que se volte à caverna com a visão daquele que dela pôde sair e, como na alegoria de Platão, trazer a informação a toda sociedade”.

Para Barros, a difusão do conhecimento científico passa a ser, dessa forma, essencial para a sociedade atual com uma agravante: a ciência passou a ser um fator seletivo de sociedades. E enfatiza: “Sociedades que não ingressarem no caminho do desenvolvimento científico-tecnológico estarão irremediavelmente fadadas a ficarem limitadas a seu crescimento ou mesmo desaparecerem”.

¹Palestra “O papel dos museus de ciência na educação”, apresentada no Seminário Educação em Ciências no Século XXI, promovido pelo CNPq e o Conselho Britânico nos dias 12 e 13 de fevereiro de 1998, em Brasília.

Um elemento essencial para se conseguir ensinar ciência, elemento que está permanentemente no trabalho científico, é o da historicidade não só do objeto como da própria ciência. Retirá-lo significa passar uma noção de atemporalidade da ciência e das leis da natureza e introduzir um caráter inumano ao conhecimento, estranho à própria ciência. Introduzi-lo significa, por outro lado, poder trabalhar com a noção da transformação contínua do conhecimento fazendo com que, por exemplo, como enfatiza o paleontólogo J. John Sepkoski citado por Barros (1998), “cada geração deverá reescrever o livro da história da vida, pois ela percebe o seu desenrolar de maneira diferente”.

Barros defende a divulgação da ciência em contínuo desenvolvimento. Não só de sua linguagem ou de seus meios, mas, principalmente de sua reflexão. A escolha de elementos importantes e essenciais da ciência muda constantemente e os registros do passado passam por novas leituras.

Os museus de ciência, por possuírem acervos de relevância histórica, são, dessa forma, instituições de caráter cultural que permitem acompanhar a evolução e a atualização do conhecimento por parte dos visitantes. A nova concepção do papel dos museus no país pode contribuir para a ampliação do debate proposto por Michel Serres, do College de France, em seu livro *O Contrato Natural* (1991):

Estamos diante de um problema causado por uma civilização que já está aí há mais de um século, gerada pelas longas culturas que a precederam, infligindo danos a um sistema físico com a idade de milhões de anos, flutuante e contudo relativamente estável em variações rápidas, aleatórias e multisseculares, diante de uma pergunta angustiante cujo o principal componente é o tempo, especialmente um prazo um tanto mais longo quando se pensa globalmente o sistema (p.42).

O elemento histórico é essencial para se poder compreender a nossa época. Essencial, porém, quase sempre colocado de lado diante da velocidade de informação que se tem vivido. Como explicita o historiador Eric Hobsbawm em seu livro sobre a história do século XX, *Era dos Extremos* (1995):

A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso, os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores (p. 13).

A mesma visão é compartilhada pela pesquisadora Maria José Elias (1998)²:

Os museus reelaboram a teia discursiva da história quando estabelecem modos de seleção e formas de apropriação – visíveis na constituição dos acervos -, e são sempre, e necessariamente, canais privilegiados de expressão e elaboração dessa mesma memória social. (...)

Correntemente, os museus de história são vistos como repositórios da memória coletiva, enquanto moradas do verdadeiro passado de uma sociedade. Esta posição é hoje repen-

² Elias (1998), citando Silva (3) e Santos (4)

sada por historiadores que se ocupam de estudar a construção da memória da nação e a utilização que se faz dela. A seleção do acervo de instituições museológicas faz-se, consciente ou inconscientemente (3) de forma a atuar como elemento instituidor de um passado, criando mecanismos simbólicos para a sua legitimação (4).

Os elementos do passado, agasalhados no museu, transformam-se em suporte de memória coletiva e integram-se ao imaginário da nacionalidade, exercem, enfim, importante função social ao participar do processo de formação de uma “biografia da nação”(p. 4 a 6)³

³ A expressão é de Gramsci, que problematizou a concepção da história que se reporta a uma “biografia da nação”. Cfr. *El Risorgimento*, Buenos Aires, Granica, 1974. No caso da História do Brasil, a existência de pontos fulcrais da história, cuja articulação compõe como que a vida da nação, sendo a independência um desses pontos. Ver Carlos Alberto Vesentini, *A Escola e o Livro Didático de História*, in Marcos A. Silva (org.), *Repensando a História*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984, p. 69-80.